

**PROJETO DE LEI Nº 93/2017**

“Cria e reclassifica cargos na Tabela “A” do anexo III da Lei nº 670/92, e extinguem cargos e vagas, e dá outras providências”.

Art. 1º - Ficam criados na tabela “A” do anexo III da Lei nº 670, de 22 de maio de 1.992, os cargos a seguir:

<b>TABELA A</b> <b>CARGOS EM COMISSÃO DO QUADRO GERAL DA PREFEITURA</b> <b>SÍMBOLO C.C.</b>		
<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>QUANT.</b>	<b>REMUNERAÇÃO CONSTANTE DA CLASSE DA TABELA “E” DO ANEXO II DA LEI Nº 670/92</b>
<b>ASSESSOR DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Art. 2º - As atribuições do cargo em comissão de Assessor de Programas de Informática criado por esta lei são as seguintes:

I - atuar na coordenação e administração, dando apoio na área de Tecnologia da Informação e Telecomunicação a todos os setores das Diretorias da Prefeitura Municipal;

II - administrar todos os serviços de suporte técnico de Tecnologia da Informação (informática e telecomunicação) nos diversos setores da Administração Municipal, dirigindo os Coordenadores e Servidores da área;

III - manter e fiscalizar o uso de recursos de rede, telecomunicação, softwares e equipamentos de informática;

IV - buscar e executar programas de treinamento para o uso dos recursos da tecnologia de informática, através da promoção de cursos e seminários, com vistas a permitir a capacitação, tanto em nível gerencial, como operacional e técnico, dos funcionários;

V - proceder continuamente à modernização da estrutura tecnológica e da gestão municipal, através do aprimoramento dos recursos tecnológicos e capacitação funcional;

VI - determinar investimento com novas tecnologias de hardware, software e redes que estejam voltados para as necessidades e melhoria dos serviços de informática, indicando, acompanhando e avaliando os padrões e custos de aquisições e/ou desenvolvimento das referidas tecnologias;

VII - autorizar e acompanhar a aquisição e implantação de sistemas de informação corporativos padronizados e integrados, com prioridade para sistemas de caráter estratégico da Administração Municipal;

VIII - assegurar a interligação e interoperabilidade dos sistemas de informação entre os diversos setores da Prefeitura Municipal;

IX - auxiliar e promover estrutura da Tecnologia da Informação para todas as Diretorias Municipais, buscando sempre a integração dos setores dentro de níveis pré-estabelecidos de acesso e segurança;

X - dar apoio e agir como fiscalizador do uso dos recursos de informática da Prefeitura Municipal, tanto no que tange a uso de equipamentos e sistemas, como a serviços de rede disponibilizados para o usuário;

XI - acompanhar as execuções e instalações de tecnologias;

XII - dirigir, fiscalizar e criar diretivas para a ordem e o bom uso dos acessos a informação tanto interna como externa (Web, Intranet, Serviços de Terminal, Sistemas de Informação etc.);

XIII - estabelecer e manter as normas sobre usabilidade da física e lógica do parque de Tecnologia da Informação, bem como, encaminhar providências no caso da constatação de inobservância;

XIV - fiscalizar a execução de planos para a Modernização da Tecnologia da Informação;

XV - colaborar na emissão de relatórios gerenciais para suporte nas tomadas de decisão das Diretorias Municipais e Gestão do Governo;

XVI - realizar estudos, fixar normas e procedimentos para a contratação, desenvolvimento e operação dos sistemas informatizados;

XVII - dirigir e promover estudos de aprimoramento organizacional, análise funcional e estrutural, bem como sobre o aperfeiçoamento do fluxo de informações e operações da área de Tecnologia da Informação aos setores da Prefeitura Municipal;

XVIII - dirigir a implantação, manutenção e coordenação de todo ambiente computacional da Prefeitura tais como: microcomputadores, servidores, redes, links, softwares, sistemas, banco de dados, segurança da informação e atualização tecnológica, assim garantindo o funcionamento ininterrupto dos recursos de informática imprescindíveis para a execução dos serviços da Prefeitura Municipal;

XIX - manter arquivo, controle e registro das atividades desenvolvidas no setor;

XX - zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho;

Conhecimentos – Curso superior completo na área de informática.

Art. 3º - As atribuições do cargo em comissão de Assessor de Desenvolvimento Econômico criado por esta lei são as seguintes:

I. assessorar, diretamente, o Prefeito nas atividades que lhe forem designadas, principalmente nas que visam o desenvolvimento econômico do Município;

II. estabelecer e acompanhar o andamento de diálogos e parcerias da Administração Pública Municipal com entidades governamentais, do setor produtivo público e produtivo privado, instituições de ensino, pesquisa e extensão, entidades de classes profissionais, entidades sindicais de trabalhadores e patronais, entidades do terceiro setor, lideranças comunitárias, movimentos sociais, outros representantes da sociedade civil organizada; no que for relevante para promoção do desenvolvimento econômico do Município sempre orientando-se pelos princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável;

III. Prestar informações as entidades parceiras sobre os procedimentos corretos, administrativamente e legais, para formalização e operação de parcerias com a Administração Pública Municipal;

IV. Promover o atendimento de solicitações de agenda com o Prefeito requisitadas por representantes de entidades, no que se relacionar ao desenvolvimento econômico do Município;

V. Promover o diálogo entre a Administração Pública Municipal e as entidades, no que se relacionar ao desenvolvimento econômico do Município;

VI. Desempenhar outras atividades afins.

Conhecimentos – Curso superior completo.

Art. - 4º - Reclassifica a classe de vencimento do cargo em comissão de Assessor de Trânsito e Segurança, constante da tabela “A” do anexo III da Lei nº 670, de 22 de maio de 1.992, passando da classe de vencimentos 2 para a classe 1, da tabela “E” da Lei nº 670/92.

Art. 5º - Extinguem cargos e vagas, de acordo com o Anexo I desta lei.

Art. 6º - Os cargos constantes do Anexo II desta lei ficam extintos na sua vacância.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

### **JUSTIFICATIVA**

Considerando a necessidade desta Administração em ampliar as ações na área de tecnologia, sobretudo no tocante às informações do Portal de Transparência, segurança de dados e urgente atualização dos programas utilizados para execução das atividades diárias, torna-se indispensável a criação do cargo de Assessor de Programas de Informática, o qual concentrará esforços no desenvolvimento de novas tecnologias, bem como no controle de execução dos serviços contratados neste aspecto, visando melhor qualidade e efetividade do que é oferecido à população.

Quanto à economia do município, é urgente a necessidade de um profissional que atue junto à Agência de Desenvolvimento, buscando ampliar as parcerias entre Prefeitura e órgãos governamentais, empresas públicas e privadas, instituições de pesquisa, entre outros, com o objetivo de atrair novos empreendimentos para a cidade. Desta forma, torna-se necessária a criação do cargo de Assessor de Desenvolvimento econômico, possibilitando a ampliação da oferta de emprego e, conseqüentemente, melhorando o cenário econômico local.

Como intuito de não onerar a folha de pagamento da Administração mediante a criação dos cargos supracitados, serão extintos o cargo de Auxiliar de Processamento de Dados, e as vagas remanescentes de Programador Analista, Técnico de Desenvolvimento de Software e Técnico de Manutenção de Hardware em Informática.

Em razão da criação dos cargos de assessoria acima, de nível superior, considera-se justo o enquadramento do cargo de Assessor de Trânsito e Segurança na mesma categoria, passando da classe de vencimentos 2 para a classe 1, constante da tabela “E” da Lei nº 670/92.

Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e dezessete (24.07.2017).

**VANDERLEI BORGES DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

## **ANEXO I**

Fica extinto o cargo constante do Anexo I da Lei nº 670/92:

<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>TABELA</b>
Auxiliar de Processamento de Dados	B

Ficam extintas as vagas constantes no Anexo I da Lei nº 670/92:

<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>TABELA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Programador Analista	B	5
Técnico de Desenvolvimento de Software	B	1
Técnico de Manutenção de Hardware em Informática	B	2

## **ANEXO II**

Na vacância ficam extintos os seguintes cargos constantes do Anexo I da Lei nº 670/92:

<b>DENOMINAÇÃO</b>	<b>TABELA</b>
Técnico de Manutenção de Hardware em Informática	B
Técnico de Desenvolvimento de Software	B
Analista de Sistemas	C

## **ANEXO I**

### **DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO-ART. 17 DA LEI 101/2000.**

#### **EXERCÍCIO 2017**

**1. Demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro:**

**1.1 Apuração das Disponibilidades Previstas:**

(+) Receita Prevista para 2017.....R\$ 346.601.500,00

(=) Disponibilidades Previstas para 2017.....R\$ 346.601.500,00

**1.2. Custo Projetado com novas despesas:**

Criação de 01 (uma) vaga do cargo em comissão de Assessor de Programas de Informática e 01 (uma)

vaga do cargo de Assessor de Desenvolvimento Econômico (agosto a dezembro) .....R\$ 92.359,30

Reclassificação do cargo em comissão de Assessor de Trânsito e Segurança.....R\$ 7.966,80

**Soma.....R\$ 100.326,10**

Estimativa de Impacto Orçamentário 0,0003%

Estimativa de Impacto Financeiro 0,0003%

#### **EXERCÍCIO 2018**

**1. Apuração do Impacto Orçamentário e Financeiro:**

**1.1 Apuração das Disponibilidades Previstas**

**1.2 - Custo projetado com novas despesas:**

Criação de 01 (uma) vaga do cargo em comissão de Assessor de Programas de Informática e 01 (uma)

vaga do cargo de Assessor de Desenvolvimento Econômico .....R\$ 221.662,32

Reclassificação do cargo em comissão de Assessor de Trânsito e Segurança.....R\$ 19.120,32

**Soma.....R\$ 240.782,64**

(+) Receitas Previstas.....R\$ 346.601.500,00

(=) Disponibilidades Previstas.....R\$ 346.601.500,00

Estimativa de Impacto Orçamentário 0,0069%

Estimativa de Impacto Financeiro 0,0069%

#### **EXERCÍCIO 2019**

**1. Apuração do Impacto Orçamentário e Financeiro:**

**1.1 Apuração das Disponibilidades Previstas**

**1.2 - Custo projetado com novas despesas:**

Criação de 01 (uma) vaga do cargo em comissão de Assessor de Programas de Informática e 01 (uma)

vaga do cargo de Assessor de Desenvolvimento Econômico .....R\$ 221.662,32

Reclassificação do cargo em comissão de Assessor de Trânsito e Segurança.....R\$ 19.120,32

**Soma.....R\$ 240.782,64**

(+) Receitas Previstas.....R\$ 346.601.500,00

(=) Disponibilidades Previstas.....R\$ 346.601.500,00

Estimativa de Impacto Orçamentário 0,0069%

Estimativa de Impacto Financeiro 0,0069%

São João da Boa Vista, 21 de julho de 2017.

Natália Azevedo Villela Santos Domenciano  
Diretora do Departamento de Finanças

Silene Cordeiro  
Assessora de Finanças

## **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins de cumprimento da Lei Complementar nº 101/2000, que a despesa com a criação de 01 (uma) vaga do cargo em comissão de Assessor de Programas de Informática e 01 (uma) vaga do cargo de Assessor de Desenvolvimento Econômico, está compatível com Plano Plurianual – PPA 2014/2017 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017, tem dotação específica e suficiente estando, portanto adequada com Lei Orçamentária Anual – LOA 2017.

São João da Boa Vista, 21 de julho de 2017.

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO  
Prefeito Municipal



24 de julho de 2.017

Of.GAB.nº  
Senhor Presidente:

Estamos encaminhando a Vossa Excelência para apreciação dos Senhores Vereadores o incluso Projeto de Lei que cria e reclassifica cargos na Tabela “A” do anexo III da Lei nº 670/92, e extinguem cargos e vagas, e dá outras providências.

Renovamos os protestos de estima e consideração.

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Vereador  
GÉRSON ARAÚJO PINTO  
Presidente da Câmara Municipal  
N E S T A.